

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

25

JANEIRO / MARÇO
DE 1982

BOLETIM DA PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal

Continente, Ilhas e Espanha 200\$00

Outros países ... 300\$00

Via Aérea:

Estrangeiro ... 350\$00

Número avulso ... 50\$00

25

JANEIRO/MARÇO de 1982

ANO VII

Apresentação

Liturgia Eucarística — A preparação dos dons — *P. Leão Cordeiro*

Grande alegria através dos símbolos e sinais — *Prof. Balthasar Fischer*

Os problemas da Arte Sacra em Portugal

— Entrevista com *P. Albino Cleto, Arq.ºs Formosinho Sanchez*
e *Luiz Cunha*

Sondagem sobre o uso do latim e da Missa «Tridentina»

O Congresso da Societas Liturgica

Bibliografia

VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Composto e impresso na TIPAVE - AVEIRO — 1 000 ex.

Ao reflectir sobre o Boletim de Pastoral Litúrgica, o Secretariado Nacional de Liturgia (S.N.L.), que nele actua, para todos os efeitos, como direcção e conselho de redacção, conclui que tem havido uma acentuada preocupação formativa, quase sempre em prejuízo do seu papel informativo. Tem sido, pois, mais revista do que boletim.

Depois de um número especial dedicado exclusivamente à ORAÇÃO DA IGREJA, aparece este agora, quase só informativo. Para descanso dos nossos leitores, queremos esclarecer que não é nossa intenção transformar o Boletim num reportório de notícias litúrgicas seleccionadas, mas simplesmente tentar uma síntese entre a tese da formação e a antítese da informação.

A Liturgia Eucarística está sempre no centro das nossas celebrações e no horizonte dos nossos objectivos. Apesar de lhe termos consagrado um número especial e outros artigos, não nos dispensamos de voltar a ela, desta vez com um estudo fundamentado e oportuno sobre a preparação dos dons.

O artigo do Prof. Balthasar Fischer sobre os símbolos e sinais

trata do tema não de modo abstracto mas concretamente, a propósito do recente Congresso Eucarístico Internacional de Lourdes. É um testemunho autorizado, fruto de observação atenta e penetrante.

A Comissão Nacional de Arte Sacra está vitalmente unida ao S.N.L., e, apesar de constituída por elementos que têm dado sobejas provas de competência neste domínio, podemos dizer que se encontra no início de uma caminhada, à procura da sua identidade. Auscultamos a sua respiração e inteiramo-nos do seu ritmo de trabalho reproduzindo neste número a entrevista colectiva que a Voz Portucalense publicou em primeira mão.

Notícias sobre vários acontecimentos litúrgicos, que se nos afiguram de interesse, chamam a atenção dos leitores para o que de mais relevante se passa neste domínio, tanto fora como dentro do país.

Finalmente, uma secção bibliográfica com a apresentação de obras e autores que, por motivos mais ou menos óbvios, merecem a nossa consideração, completa o conteúdo deste número que nos esforçamos por que chegue a tempo às mãos dos nossos assinantes.

LITURGIA EUCARISTICA

A PREPARAÇÃO DOS DONS

UMA REFORMA OUSADA... BEM NA LINHA DA TRADIÇÃO

O rito da preparação dos dons do novo Missal de Paulo VI corresponde ao *ofertório* do anterior Missal de S. Pio V, depois de muito alterado pela última reforma litúrgica, quer na maneira de o executar, quer nas fórmulas de apresentação do pão e do vinho.

Quem não se lembra ainda dos gestos de oferenda que o sacerdote realizava ao pegar na patena e no cálice e das palavras que pronunciava em latim?! Elevando a patena diante de si, em atitude ofertorial, dizia primeiro: «*Aceitai, Pai Santo, esta hóstia imaculada que Vos ofereço*» e logo a seguir, acompanhando o gesto de oferecimento do cálice: «*Senhor, nós Vos oferecemos o cálice da salvação*». Tais gestos e palavras eram claros quanto ao sentido atribuído a esta parte da celebração desde há vários séculos.

Nem sempre, porém, tinham sido esses os gestos, as palavras e o sentido do rito. Hoje é bem conhecida a história da sua formação. A primeira notícia sobre ele é do ano 150. Tudo era então muito simples. Não havia nem gestos de oferenda, nem fórmulas que os acompanhassem: «*Logo que termina a oração dos fiéis, traz-se pão, vinho e água*» (S. Justino, I Apologia 67). O pão, o vinho e a água eram entregues àquele que presidia à assembleia dos irmãos, que os tomava e colocava, sem mais, sobre alguma mesa (mesa que não é nomeada pela nossa fonte de informação, mas cuja presença se presume), dando início, imediatamente, ao que hoje chamamos a Oração Eucarística.

Este rito manteve-se assim até bastante tarde. Porém, a partir do século VII, sucessivas transformações e aditamentos foram-lhe alterando a estrutura primitiva. O primeiro elemento a surgir foi o «*Orate*», que demorou dois séculos a tornar-se em «*Orate pro me*»; o segundo foi a invocação «*Veni sanctificator*», que encontramos nos documentos do século X; o terceiro será o «*Suscipe, sancte Pater, hanc immaculatam hostiam*». E assim sucessivamente até que, pelos fins do século XII, o ofertório adquiriu a forma que viria a perdurar até 1969.

Paulo VI, dando cumprimento à determinação do Concílio Vaticano II, que mandava simplificar os ritos da Missa e omitir todos os que, com o andar do tempo, se duplicaram ou menos utilmente se acrescentaram (SC 50), decidiu-se por uma profunda reforma desta parte da celebração. A Comissão por ele nomeada para levar a cabo a reforma geral da Liturgia («Consilium»), trabalhando sempre em íntima ligação com o Papa, preparou o novo rito, onde o essencial ficou posto em evidência, e o secundário foi omitido. Os dons são trazidos ao presidente, que os recebe e apresenta ao Senhor antes de os colocar sobre o altar.

A sobriedade com que os gestos devem ser feitos (o pão e o vinho devem ser elevados só um pouco) e as fórmulas que os acompanham, exprimem que este momento não é de ofertório, mas de preparação e apresentação dos dons, e que a sua característica fundamental é a simplicidade.

PREPARAÇÃO DOS DONS

PRIMEIRO TEMPO DA LITURGIA EUCARÍSTICA

Uma celebração litúrgica é uma acção *organizada*, na qual as diversas partes e elementos são colocados numa ordem determinada e numa relação mútua, e *ritmada*, pois essas partes e elementos se sucedem em cadências que comportam tempos fortes e fracos.

O rito da preparação dos dons faz parte dum conjunto celebrativo mais vasto, que é a Liturgia Eucarística propriamente dita, da qual ele é o primeiro tempo. Contrariamente ao que sucede na música, em Liturgia nem sempre o primeiro tempo coincide com o tempo forte. É o caso presente. A preparação dos dons é um tempo fraco. Há pois que compreender e realizar essa preparação como o primeiro passo dum percurso que vai continuar na Oração Eucarística e atingir o seu termo na Comunhão. Há sobretudo que pensar que nesse conjunto de preparação-consagração-comunhão, o primeiro tempo é indispensável por causa dos que vêm a seguir, mas é dos três o menos importante.

Daqui derivam duas consequências de ordem celebrativa. A primeira é que a apresentação dos dons não deve aparecer como gesto com valor por si mesmo e em si mesmo, independente dos que vão seguir-se e aos quais está ligado. Isso conseguir-se-á se ele for realizado como preparação de algo que vai continuar, como acção secundária ao serviço de outras que são principais em relação a ela, a consagração e a comunhão. Teremos pois de repensar a importância que se lhe dá, o tempo que se lhe dedica, o ambiente de que o rodeamos que umas vezes poderá ser de silêncio sustentado por um fundo musical que ajude a assembleia a elevar, logo a seguir, o espírito e os corações bem para o alto, outras dum certo ambiente festivo, em que um canto apropriado centre a atenção dos fiéis no sentido do rito que está a realizar-se.

A segunda consequência não é menos importante do que a

primeira, e tem a ver com os intervenientes neste rito. Toda a celebração é de toda a assembleia, dos fiéis e do sacerdote que preside em nome de Cristo. Por conseguinte, a oferta dos dons, a sua preparação e apresentação pertencem a todos os presentes. Este conjunto de gestos que vai da oferta à apresentação era entendido, na antiguidade cristã, como acção litúrgico-social da qual nenhum fiel se devia sentir dispensado. Esta oferta-apresentação aparecia assim como sendo de toda a comunidade. Mesmo o papa, os bispos e os presbíteros se sentiam na obrigação de oferecer os seus dons. Levar a sua parte de dons para a Eucaristia, era uma forma de participar nela.

Mas no acto da celebração, nem tudo compete a todos. A Instrução Geral do Missal Romano diz, a tal respeito, que *«todos, ministros ou simples fiéis, ao desempenharem a sua função, façam tudo e só o que lhes compete»* (IGMR 58). Ora, se oferecer é direito e obrigação de todos os que participam na celebração, levar os dons ao altar é uma das formas de participação dos fiéis. Eles não podem consagrar, mas podem oferecer o sacrifício de Cristo pelas mãos do sacerdote, realidade que o «levar dos dons» simboliza muito bem. Os fiéis vão ao altar apresentar o pão e o vinho ao presidente; este pronuncia sobre eles uma eucaristia; eles voltam de novo ao altar receber os dons consagrados. Tal é o sentido deste gesto por parte dos baptizados.

Por isso, segundo os dias e as assembleias, o gesto pelo qual se levam ao altar o pão, o vinho e a água destinados ao sacrifício e à comunhão, pode ser mais ou menos solenizado. Mas pelo menos em certos domingos e dias festivos, o movimento normal de preparação dos dons deve partir da assembleia e não dos ministros do altar. Deve iniciar-se na nave da igreja e não na credência, perto do altar.

AS PALAVRAS DA APRESENTAÇÃO

«Bendito sejas, Senhor, Deus do Universo»

Estas palavras que acompanham a apresentação dos dons, são uma bênção dirigida a Deus. Enquanto explicativas do gesto, elas dizem-nos que este não é simples preparação material daquilo que é necessário para a refeição eucarística. O gesto e as palavras voltam a assembleia para Deus, Senhor de tudo quanto existe no universo. Este pão e este vinho são símbolo de toda a criação. Gesto de apresentação e palavras que se pronunciam têm o mesmo sentido de gratidão para com Deus. São gesto e palavras de bênção. Trazer e a apresentar estes dons é bendizer a Deus.

«Pelo pão (e pelo vinho) que recebemos da vossa bondade»

Pão e vinho são dons da bondade de Deus. Tudo o que existe no mundo nos veio do Senhor, gratuitamente. Recebemos sem termos dado nada em troca. Mas fomos tornados responsáveis do que nos foi entregue.

Este *recebemos* no plural exprime a oração de toda a assembleia e de toda a humanidade. Todos os homens recebem de Deus o pão com que sustentam a vida. A terra foi confiada a todos e o pão é para todos. Terá cada um o pão de que precisa e que Deus quer que chegue para todos?

«Fruto da terra (fruto da videira) e do trabalho do homem»

Deus não dá o pão directamente. É a terra que o produz mediante o trabalho do homem: «*Crescei, multiplicai-vos, dominai a terra*» (Gen 1, 28). Trabalho que custa, devido ao castigo do pecado, mas que é participação na reconstrução do mundo, levada a cabo plenamente por Cristo e à qual o homem é associado.

«Que hoje Vos apresentamos»

Aqui temos o verbo principal que diz o sentido exacto da acção realizada no gesto de trazer os dons e de os entregar ao presidente da assembleia. Não é o verbo oferecer, mas *apresentar*. A reforma litúrgica decidiu-se por uma apresentação sob forma de bênção.

A grande oferta agradável a Deus foi a do sacrifício de seu Filho, unido à sua ressurreição. Morte e Ressurreição aconteceram uma única vez, mas re-actualizam-se sempre que partimos o pão e bebemos o cálice.

É em vista da nossa participação no acto de sacrifício e louvor de Cristo que também são agradáveis a Deus os corações que O adoram em espírito e em verdade e os dons que Lhe apresentamos. Só por isso.

As palavras da fórmula no plural exprimem bem que este gesto é de toda a assembleia. Elas mostram que a acção deve partir da assembleia.

«E que para nós se vai tornar Pão da vida (Vinho da salvação)»

Este pão e este vinho são apresentados pelos fiéis para que o sacerdote os consagre e lhos distribua depois de mudados no Corpo e no Sangue de Cristo. Aqui temos bem clara a ligação entre apresentação-consagração-comunhão. Por isso, toda a catequese sobre a comunhão deve ser acompanhada duma outra sobre a apresentação dos dons como direito e responsabilidade da assembleia. O pão e o vinho dos nossos campos vão tornar-se o alimento e a bebida do novo Povo de Deus.

COMO CELEBRAR A APRESENTAÇÃO DOS DONS

O rito da apresentação tem várias significações complementares, que podem ir sendo sucessivamente valorizadas em diferentes celebrações dominicais ou em dias festivos, de modo a torná-lo mais variado

e a ajudar a comunidade a descobrir o seu conteúdo, expresso nas fórmulas que acompanham os dois gestos.

1 — *Realçar a preparação do altar*

Neste caso traz-se tudo o que é preciso para preparar a mesa em dia de festa: toalha, flores, velas, vasos sagrados mais belos, pão, vinho...

Encarregam-se desse ministério umas vezes um grupo de crianças, outras os jovens, outras os adultos. O sacerdote não deve participar nesta preparação, mas realizar apenas o que lhe compete, que é receber os dons e apresentá-los.

Esta preparação deve ser sempre acompanhada duma palavra que a explique e oriente todos os gestos para Cristo, pois é Ele que no altar assim realçado vai renovar a oferenda do seu sacrifício sob os sinais sacramentais, é Ele que convida a assembleia toda a participar na sua mesa, é Ele ainda que vai, pela voz do presidente da celebração e da própria assembleia, fazer do altar o centro da grande acção de graças ao Pai durante a Oração Eucarstica (cf. IGMR 259).

2 — *Realçar as realidades da criação*

Neste caso o altar pode já estar preparado. O pão, o vinho e a água são trazidos com uma certa solenidade, em vasos o mais belo possível, e que permitam ver o conteúdo. Com o pão e o vinho podem ser trazidos outros dons da criação, tais como flores, frutos diversos, etc., que é sempre preferível colocar em mesas preparadas para os receber, perto do altar.

Que o pão, nesse dia, tenha mesmo o aspecto de alimento autêntico e que o sacerdote possa realmente parti-lo em diversas partes para o distribuir aos fiéis e que a palavra de explicação faça a catequese do gesto da «fracção do pão», nome da Eucaristia na época apostólica, do símbolo da unidade daquele pão inteiro que vai depois ser repartido entre os irmãos à semelhança do que Jesus fez na Última Ceia, e do apelo que tais gestos e símbolos dirigem à comunidade para que sejam todos um entre si como Cristo é um com o Pai (cf. IGMR 283).

Pode realçar-se principalmente o aspecto do *pão para todos*, sobretudo para os irmãos mais pobres e para a Igreja, quer sob a forma de outras ofertas que os fiéis trariam de suas casas, quer sob a forma de dons em dinheiro recolhidos por alguns membros da assembleia e destinados a campanhas muito concretas e antecipadamente organizadas (cf. IGMR 49).

3 — *Realçar o homem que se apresenta*

Neste caso o enquadramento gestual pode ser o mesmo do anterior. Assim, o altar já estaria preparado, e o pão, o vinho e a água

seriam trazidos por alguns membros da assembleia (famílias, professores e alunos, religiosas, diferentes profissões, etc.), juntamente com outros dons em espécies ou em dinheiro recolhidos entre todos.

A palavra explicativa da acção que se vai realizar deve chamar a atenção sobre as pessoas, sobre a vida dos homens, das suas diferentes actividades para a construção do mundo na continuidade da obra da criação, sobre a vida concreta desta assembleia que se reuniu para louvar o Senhor, fazendo descobrir como toda a actividade humana deve ser oferenda na oferenda de Cristo.

As pessoas que nesse dia levaram os dons ao altar poderiam permanecer junto dele até à comunhão, e a palavra explicativa desse pormenor ajudaria a descobrir que aquele pão, aquele vinho e aqueles outros dons representam, afinal, toda a vida do homem que se apresenta com as oferendas da sua pobreza diante de Deus e em troca vai receber do Senhor a riqueza da vida divina.

4 — *Variar o modo de dizer as fórmulas de apresentação*

A primeira recomendação que as normas litúrgicas recordam ao celebrante é que evite fazer gestos de apresentação que dêem a ideia de oferta: «*O sacerdote, recebendo a patena com o pão e, sustentando-a com as mãos um pouco elevadas sobre o altar, diz a fórmula prescrita*» (IGMR 102). Idêntica recomendação par ao cálice (IGMR 103).

Pelo que nos tem sido dado observar, em bastantes casos esta recomendação não é tida em conta. Força de hábitos antigos. O latim do Missal exprime-se deste modo: «*Sacerdos, stans ad altare, accipit patenam cum pane, eamque aliquantulum elevatam super altare tenet, secreto dicens*» Missale Romanum (1970), Ordo Missae cum populo 19).

Consultando o dicionário vejo que «*aliquantulum*» é um advérbio que significa *um pouquinho, um quasi nada* (Francisco Pedro Brou, Lexicon latino-português), sentido perfeitamente coerente com o novo significado do rito de apresentação, que deixou de ser ofertório e se tornou, por opção consciente, simples preparação dos dons a consagrar durante a Oração Eucarística.

Há quem siga caminho diverso para variar o rito, juntando num mesmo gesto a apresentação do pão e do vinho. O Missal não prevê essa maneira de fazer e sinceramente não nos parece boa, quer por razões de origem dos dons, quer por motivos simbólicos, quer por lógica celebrativa. Efectivamente, pão e vinho não têm a mesma origem: um vem do trigo, outro das uvas, trigo e uvas que se trabalham e se recolhem separadamente, como separadamente se colocam na mesa o cestinho do pão e a garrafa do vinho e separadamente nos servimos de um e de outro. Porque juntá-los na apresentação? Na Última Ceia, o pão foi consagrado e dado logo no princípio da refeição, o vinho só no fim; um é símbolo do Corpo crucificado, outro do Sangue derramado. Na consagração, primeiro faz-se a do pão, só depois a do vinho. E a forma mais normal de comungar, a mais simbólica e

simultaneamente mais de acordo com o que Jesus fez é participar primeiro do pão e a seguir do cálice. Sendo assim, por que não manter na apresentação os dois gestos? Terá alguma lógica juntar num mesmo gesto o que na origem, na Ceia e na celebração aparece sempre separado? Só se com isso se quer ganhar tempo que se gastou a mais na homilia. Mas, a apresentação já é de si tão breve, que reduzi-la mais é torná-la insignificante.

A variedade sobre que insistem as normas litúrgicas é outra; consiste na maneira de dizer as fórmulas. Quando há canto ou fundo musical, elas devem ser ditas em voz baixa. Quando não há canto nem fundo musical pode adoptar-se uma das três hipóteses seguintes: ou dizer as fórmulas em voz baixa, sem resposta do povo; ou dizê-las em voz alta, ainda sem resposta do povo; ou dizê-las em voz alta, com resposta da assembleia (M.R., *Ordo Missae* 19 e 21).

Pensamos que estas orientações litúrgicas fornecidas pelos documentos têm muito a ver com uma sábia psicologia dos grupos humanos. Não estará a acontecer, por não se lhes prestar a devida atenção, que os gestos e as fórmulas, do presidente e da assembleia, repetidos cansativamente da mesma maneira, dia após dia, acabem por produzir um efeito contrário àquele para que foram preparados?

P. LEÃO CORDEIRO

GRANDE ALEGRIA

ATRAVÉS DOS SÍMBOLOS E SINAIS

O nosso Boletim tem a honra de publicar, em língua portuguesa, este artigo do Prof. Balthasar Fischer, que é um dos principais liturgistas alemães e um dos peritos mais relevantes da reforma litúrgica do Vaticano II. O artigo, publicado originariamente em «Gottesdienst» (15.2), 1981, que é o boletim dos centros litúrgicos nacionais de língua alemã, foi depois traduzido em francês por «Informations», que é o boletim mensal do C.N.P.L. de Paris. O texto francês serviu de base à tradução portuguesa que reproduzimos neste número.

Quando me dirigia a Lourdes para participar no Congresso Eucarístico, levei como companheiro de viagem o livro dum ateu, Alfred Lorenzer, professor em Francfort: «O Concílio dos contabilistas. A destruição do sensível. Uma crítica da religião. Francfort-sobre o-Main 1981». A tese principal deste livro, cheio de ideologia e de calão intelectual, é que, pelas suas reformas, o Concílio destruiu o «sensível» na liturgia católica, este valor que outrora era prioritário... porque a ingenuidade dos celibatários profissionais, dos Padres do Concílio (p. 290), substituiu o antigo simbolismo por informações racionalizadas (p. 211) e por manifestações doutrinárias.

Em Lourdes eu iria poder fazer a contraprova com exemplos concretos. Nesta reunião pós-conciliar de todo o mundo — senão a maior, pelo menos a mais representativa — um Congresso Eucarístico — deveríamos ver tal destruição posta em evidência, tanto mais que estávamos num país onde o comentador desempenhou efectivamente um papel excessivo em comparação com o liturgo. Aqui, segundo Lorenzer, deveria manifestar-se diante do mundo inteiro qualquer coisa desta inversão dos polos da liturgia: da veneração sacramental do «Numinoso» a uma doutrinação catequética.

ABUNDÂNCIA DE SINAIS NOVOS

Passou-se justamente o contrário. Lamentei não ter levado o próprio autor ao lugar do seu livro, para lhe fazer tocar com o dedo em como a Igreja pós-conciliar sabe falar de modo novo e mais vivo pelos sinais que não precisam de ser explicados porque falam por si mesmos, em «comunicação não-verbal», a linguagem para a qual não há, graças a Deus, barreiras linguísticas. Faço abstracção do facto de que, em Lourdes, a Igreja africana, pela primeira vez num encontro da Igreja a nível mundial, pôde exprimir-se em formas novas, verdadeiramente significativas, da celebração eucarística. Estas formas novas desenvolveram-se no seu seio após o Concílio com dansas e ritmos africanos (infelizmente, nem todos os congressistas souberam onde nem quando).

Para nossa grande alegria, houve igualmente abundância de sinais novos nas celebrações de estilo ocidental na assembleia magna do Congresso. Cada dia da semana (excepto quinta-feira, dia de encerramento do Congresso) foi posto sob um determinado sinal: sinal da reunião — sinal do livro — sinal da água — sinal do fogo. Embora a grande celebração da Palavra sob o sinal do Livro — prevista para o prado no sábado de tarde: procissão do Livro do Evangelho que devia levar-se até à gruta de Massabielle, na qual o Livro seria colocado aos pés da Virgem — tivesse sido sacrificada por causa da chuva, o sinal do Livro esteve presente e vivo em todas as celebrações. A maneira como o Livro do Evangelho, preciosamente lavrado, acompanhado por portadores de archotes e dos símbolos dos quatro evangelistas, era levado ao local da leitura, falava, não auditivamente, da dignidade que pertence à mesa da Palavra. Os participantes que puderam assistir nesse dia a uma Missa em francês na Basílica S. Pio X, contavam emocionados que os portadores dos archotes indicavam o local onde se distribuía a comunhão e que, no momento de comungar, se passava diante do Evangelho para o beijar.

A CELEBRAÇÃO PENITENCIAL SOB O SINAL DA ÁGUA

A celebração penitencial sob o sinal da água, que se realizou segunda-feira de tarde com um tempo favorável, ficará inesquecível para todos os presentes. Cem participantes levaram ao altar taças envolvidas em pano verde e cheias de água. Via-se nos seus rostos que eles tinham compreendido a seriedade deste acto simbólico: porque sobre esta água o Bispo que presidia devia dizer: «Senhor, faz que esta água, agora aspergida sobre nós, seja sinal de perdão e renovação». Depois, a cada um destes cem portadores de água juntou-se um padre levando um ramo. Eles atravessaram as filas aspergindo com água benta os milhares de pessoas que guardavam profundo silêncio.

Eis as últimas frases desta celebração tiradas do livro dos participantes: «os que traziam a água benta ficam ao pé de nós. Ao retirarmo-nos, somos convidados a aproximarmo-nos deles, a tocar

na água com a mão e a traçar sobre nós o sinal da cruz. Esta movimentação e este gesto fazem-se em silêncio e recolhimento.» Foi emocionante verificar como os fiéis acolheram este convite e faziam o sinal da cruz com esta água em profundo recolhimento.

Esta celebração penitencial teve um brilho particular devido à excelente homilia sobre a penitência feita pelo Cardeal Etchegaray, presidente da Conferência Episcopal francesa, que empregou a expressão já hoje proverbial: «Plantemos menos chorões e mais pinheiros» (para os mediterrânicos, esta árvore significa um guarda-sol e simboliza a serenidade de um dia radiante de sol).

OS PEQUENOS SINAIS E AS SUAS DIFICULDADES

Muitos pequenos sinais foram acrescentados a estes grandes sinais: cada participante trazia no seu saco, fornecido pelo Congresso, um lenço de seda branco ou amarelo para fazer sinais que se usaram cada vez mais intensivamente: esta multidão de milhares de pessoas exprimia assim o seu entusiasmo.

No domingo, enquanto se esperava o princípio da Eucaristia (desta vez sob um sol radiante), viam-se dois diáconos, um da direita para a esquerda, outra da esquerda para a direita, darem a volta ao altar agitando o turíbulo. Não havia melhor maneira de mostrar onde se situava o centro misterioso do imenso movimento desta multidão vinda de todos os cantos do mundo.

O Congresso não correspondeu, por certo, a tudo o que dele se esperava. As organizações de massa deste género, que se reúnem em torno da Eucaristia, têm as suas dificuldades imanes, que surgem aqui e ali. Para os participantes alemães a maior dificuldade consistiu, sem dúvida, no obstáculo da língua que impossibilitou a participação nos «carrefours» franceses, preparados pelos delegados com um ano de antecedência. De resto, não houve na Alemanha nenhuma preparação catequética que se lhe comparasse.

CAMINHO CHEIO DE ESPERANÇA PARA O FUTURO

Uma coisa pôde certamente mostrar o Congresso: como é falso e injusto falar da destruição do elemento sensível na liturgia católica. A doença infantil do comentário indiscreto, que existia um pouco por toda a parte após o Concílio (e que infelizmente ainda não desapareceu de todo: aqui se encontra a pequena parcela de verdade na crítica de Lorenzer) está em regressão e avista-se já a sua cura completa. Depois de um período de transição, certamente inevitável numa reforma tão profunda, é de esperar que, nos anos que se avizinham, a liturgia católica, enriquecida particularmente pelo contributo das ciências humanas, saiba repor no seu devido lugar os sinais sensíveis e os elementos simbólicos.

OS PROBLEMAS DA ARTE SACRA EM PORTUGAL

Entrevista com o Padre Albino Cleto

V.P. — Foi criada uma Comissão Nacional de Arte Sacra, ao que constou nos meios eclesiásticos. A que finalidade obedece tal decisão? E quem a tomou?

P.A.C. — Bom. A sua pergunta, tal como a formulou, dá a entender que a criação de uma «Comissão Nacional de Arte Sacra» é decisão de certo peso!... Ora, eu devo dizer, antes de mais, que é com a simplicidade da procura e da boa vontade que esta Comissão se apresenta. Isto sem diminuir a importância que a Comissão poderá e deverá vir a ter num futuro próximo.

Como sabe, existe no nosso país uma Comissão Episcopal de Liturgia, de que era até há pouco Presidente o Sr. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro. Esta Comissão Episcopal actua através do seu Secretariado Nacional, que coordena, a nível de todo o país e sem substituir as dioceses, esforços e iniciativas no campo da pastoral litúrgica. E, como bem deve entender, a pastoral litúrgica supõe necessariamente uma cuidadosa atenção aos campos da música sacra e das artes plásticas, mais concretamente da arte sacra.

Neste sentido, e fiel às directrizes da Santa Sé, é que o Sr. Bispo de Aveiro convocou algumas pessoas e lhes propôs que lançassem uma Comissão Nacional de Arte Sacra que trabalhasse em dependência do Secretariado Nacional de Liturgia e colaborando com ele.

V.P. — Pode-se saber quem são essas pessoas?

P.A.C. — Por ora, integram a Comissão um Padre da Diocese do Porto, dois arquitectos (um do norte e outro natural de Lisboa); uma senhora, técnica de paramentaria; e este «seu criado», que, além de ser prior, é membro da Comissão de Arte Sacra do Patriarcado.

— Quanto às finalidades desta Comissão, elas resultam de uma

velha preocupação da Igreja: zelar pelo bom nível da arte sacra, salvaguardando o que já existe e promovendo um ambiente crítico que seja favorável a realizações novas, significativas da nossa fé e do nosso tempo. A Comissão está consciente também da sua missão predominantemente pastoral: colaborar, no seu nível e no seu sector, em ordem a uma liturgia verdadeiramente renovada.

Confesso-lhe que estamos muito sensibilizados ao esforço, que se verifica por todo o país no sentido de salvaguardar e valorizar o nosso património artístico; no campo das artes plásticas esse património é predominantemente religioso e pertence à Igreja; daí o interesse desta Comissão em promover iniciativas e fornecer apoio às comissões diocesanas em ordem à defesa, conservação e valorização do referido património.

V.P. — Falou de Comissões Diocesanas. Qual a sua situação no país? E como vai a Comissão Nacional articular-se com elas?

P.A.C. — Estamos estabelecendo contacto, através dos Senhores Bispos Residenciais, com todas e cada uma das Comissões Diocesanas. Como deve calcular, é muito diversa a sua situação de diocese para diocese. Casos há, e permita-me que não cite nomes, em que a comissão não existe ou está desactivada; noutras dioceses, ela vai funcionando de modo muito irregular; também conhecemos o caso do seu funcionamento normal e com boas iniciativas sobretudo na realização de um inventário diocesano.

Em abono da verdade diga-se que em quase todas as dioceses existe ao menos um consultor artístico que interfere em assuntos mais relevantes. Com ele ou com a comissão, caso exista, estamos a estabelecer contactos em ordem a um provável encontro inter-diocesano a realizar no próximo outono. É nosso propósito, antes de mais, levantarmos questões e ouvirmos propostas. Já se vê que não nos vamos sobrepor às Comissões Diocesanas; só elas poderão, localmente, desenvolver as actividades que apareçam como mais urgentes.

V.P. — E quais serão essas actividades?

P.A.C. — Cremos que a actividade mais premente em todas as dioceses é a realização de um inventário artístico. Como ajuda a esse esforço local, pensa esta Comissão Nacional dar algumas orientações e sugestões, para o que conta com largo apoio do Instituto Nacional Português do Património Cultural. A realização desse inventário tem mesmo intuito de defender, há também que promover a mentalização do clero e das comunidades, de modo a evitar restauros desastrosos, alienações lamentáveis, descuidos incompreensíveis que têm levado a certas perdas que todos conhecemos; como gostaríamos também que em todas as dioceses se difundisse o mais possível o conhecimento de certos cuidados a ter contra o incêndio e sobretudo

contra o roubo, praga que, provavelmente, virá ainda a aumentar nos próximos anos.

V.P. — Portanto, conservar!

P.A.C. — Não só. Lembro-lhe o que há pouco dizia: promover um ambiente crítico que dê a conhecer novas realizações, na arquitectura e demais artes. Essas realizações são muitas no país, mas ficam no desconhecimento do público cristão e até dos artistas, sobretudo quando aparecem nos meios rurais. Para já, estamos preparando uma exposição sobre «o altar»: localização, forma, arranjo, etc., tudo bem documentado com a doutrina teológica e a tradição litúrgica subjacentes.

V.P. — Pensam aproveitar as experiências de outros países, sobretudo europeus?

P.A.C. — Sim, mas por ora estamos unicamente a informar-nos; temos algum conhecimento do que se vem fazendo na Espanha e na França.

PATRIMÓNIO DA IGREJA

pelo arquitecto Formosinho Sanchez

É sabido que a Igreja detém como seu património um conjunto de peças de invulgar valor histórico, artístico, cultural. É sabido que esse conjunto se encontra disperso pelas Paróquias continentais e insulares, por vezes em condições de segurança débeis, por vezes sujeito a substituições ou transformações que, irremediavelmente, prejudicam ou anulam o valor intrínseco do mesmo.

Ao longo dos séculos a Igreja tomou sempre uma posição dianteira nestas questões, introduzindo novos estilos, novos valores artísticos.

É certo que os actuais tempos se viram a outros valores de intervenção e que a pastoral do Séc. XX já não é a mesma dos séculos anteriores. Contudo a guarda e preservação do património que lhe pertence é, em termos culturais e, fundamentalmente, históricos da sua existência, uma tarefa de que a Igreja se não pode demitir e deverá, até, ser exemplar como respeito por iniciativas culturais de que ela própria foi motor.

Por isso nos parece extremamente urgente que se tome consciência e conhecimento de tudo o que representa este património para que, em resposta às novas preocupações e necessidades pastorais, se proporcione o uso renovado, em termos de espaços ou de memória, do que os diferentes estratos históricos fizeram chegar até nós.

Como primeira acção e antes de tomarem decisões concretas e objectivas, importa que se conheça todo o «material» de que se dispõe, que se tome consciência do seu real valor cultural. Isto com a clara intenção de, com perfeito conhecimento de causa, se poder optar pela forma de integração desse património — no mais alto significado do termo — em toda a acção pastoral dos nossos tempos, indiscutivelmente marcada por uma cultura actual ao nível da forma, da expressão, da imagem, da presença da Igreja no seio da comunidade.

O caminho afigura-se ser o do INVENTÁRIO sistemático de todo o património da Igreja, como que um monumental ROL dos espaços urbanos, edifícios, conjuntos imóveis, pinturas, frescos, azulejos,

imagens, talha, alfaia litúrgicas, música, textos, móveis, porcelanas, paramentos, livros, documentos soltos, pergaminhos, etc.

É, efectivamente, uma tarefa de enorme dimensão, mas cuja execução, ao diluir-se por todas as Paróquias, irá ganhar a dimensão própria das comunidades paroquiais abrindo-se estas para um passado que, em termos culturais, se deverá integrar nas acções renovadas do presente imbuídas da vitalidade e do esforço para legarmos a nossa clara intervenção na História da Igreja.

Este parece ser um sério tema de meditação que atinge todo o Povo de Deus, sem excluirmos qualquer dos seus elementos. Pensemos, pois, primeiro. Actuemos de imediato e sem demoras.

A ARTE RELIGIOSA CONTEMPORÂNEA

pelo arquitecto Luiz Cunha

«Reflectir sobre a situação da arte religiosa contemporânea envolve evidentes dificuldades já que a sua evolução é naturalmente influenciada, quer pelas mudanças que se operam dentro do campo especificamente litúrgico, quer pelas que resultam das transformações das artes plásticas em geral onde, como é sabido, nestes últimos tempos as vagas renovadoras se têm sucedido em ritmo acelerado.

Confrontando datas, verifica-se que cerca de 18 anos passaram depois da promulgação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, aprovada pelos Padres Conciliares de Vaticano II em 1963, e que aproximadamente 29 decorreram desde que o Movimento de Renovação da Arte Religiosa — em 1952 — começou a debater, em Portugal, os problemas postos por uma actualização deste sector.

Conscientes pois das dificuldades e possibilidades de erro que tal reflexão encerra, não deixamos de referir aqui algumas ideias que possam traduzir o nosso actual modo de ver este assunto.

Os primeiros anos do M. R. A. R. foram marcados por um entusiasmo juvenil. Trabalhando sobretudo através de exposições itinerantes e encontros predominantemente frequentados por estudantes das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, foram-se divulgando algumas posições-chave que fizeram o seu caminho. As realizações concretas, sobretudo no campo da arquitectura, não abundavam mas as poucas obras que se exigiram eram polemicamente divulgadas e alcançaram uma certa repercussão positiva na produção corrente. Às posições assumidas e aos conceitos — expressos numa linguagem que hoje nos parece bastante simplicista e um pouco subjectiva — servia de suporte a estética do «movimento moderno» sobretudo tomada dos exemplos suíços e alemães. Era o tempo em que a cor branca nas igrejas era indiscutivelmente identificada com a «pureza» da sua concepção, o betão armado à vista e sem revestimento tomado como garantia da «verdade» na construção e a redução das formas a lisas composições geométricas elementares entendida como a própria expressão da tranquilidade e da «paz». Em nome destas posições procedeu-se a uma sistemática eliminação de tudo quanto pudesse ser classificado de «adorno» ou de «ornato». A acção litúrgica, sobretudo quando relacionada com a celebração da

missa foi, além disso, analisada nos movimentos do celebrante, e os diversos espaços onde decorria essa celebração foram cuidadosamente estudados no seu dimensionamento e localização. Datam desta época várias obras que conservam uma indiscutível dignidade proveniente da geral simplificação das suas formas e da evocação, por vezes evidente, dos exemplos páleo-cristãos que também as inspiraram. Menos felizes foram quase todas as adaptações dos espaços antigos das igrejas restauradas porque, nestes casos, os problemas levantados pelas transformações não encontravam da parte dos técnicos — na sua maioria arquitectos — a base cultural indispensável a uma conveniente solução das dificuldades. Fizeram-se assim autênticos atentados que hoje nos surpreendem pela indigente sensibilidade que revelam em relação a uma visão global das situações em causa.

Este período pode considerar-se, no entanto, ligado a uma acção positiva de profundas consequências — a criação, em 1961, do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado de Lisboa. À acção deste organismo na região centro-sul do país vem juntar-se, como dissemos, a promulgação das directivas sobre liturgia aprovadas pelo Concílio em 1963.

O movimento artístico internacional começa simultaneamente a sofrer uma progressiva diversificação de modo que a escolha dos exemplos-modelo estrangeiros se torna cada vez mais suspeita e controversa. No norte do país, sobretudo a partir da cidade do Porto, esta situação começou talvez a ser sentida mais cedo. O MRAR, se bem que nunca tenha sido oficialmente dissolvido, deixou praticamente de existir devido à dispersão dos seus membros fundadores e impulsionadores que, salvo num número muito restrito de casos, abandonaram um contacto regular com os problemas da renovação litúrgica.

Datam, no entanto, da década de 60 algumas obras que certamente ficarão a marcar, no nosso país, o que de melhor se produziu em arte religiosa no século XX. Isto não obsta, como afirmação, que no ambiente geral predominasse uma certa indecisão.

Passo pois a enumerar, ainda que resumidamente, algumas das dificuldades que, em meu entender, se podem detectar na produção de edifícios e objectos religiosos nas décadas 60 e 70.

— As novas igrejas vinculam-se quase sempre a padrões estéticos estrangeiros o que lhes dificulta a plena aceitação por parte das comunidades a que se destinam.

— O desejo de acentuar polemicamente as diferenças em relação aos dois últimos séculos passados — em que se realizou a maior parte dos templos que marcam os aglomerados populacionais do nosso país — levou a conceber muitas das novas obras dentro de composições abstratizantes de acentuado cunho geométrico que só são plenamente entendidas por um restrito número de pessoas com formação estética adequada.

— Como consequência do que se referiu, os edifícios não se casam com as construções que os envolvem nem são, em muitos casos, reconhecidos exteriormente como edifícios religiosos.

— A liturgia é, como sabemos, uma das mais profundas, completas e significativas expressões da vida colectiva de uma sociedade e, por tais motivos, ultrapassa largamente os aspectos estéticos do culto. Dado o grau de depuração dos nossos templos cristãos, estabelece-se rapidamente uma situação de choque entre estas construções e a espontânea expressão festiva do povo o que, não raro, dá origem a conflito aberto ou latente.

— Neste contexto, e especialmente no que respeita às alfaias e paramentos litúrgicos, a produção comercial, sempre mais flexível na tarefa de conciliar gostos, vem substituir a actividade criadora dos artistas empenhados na renovação da arte religiosa e, com o decorrer dos anos, vai minando as generosas intenções do movimento renovador.

A divulgação das Directivas Conciliares e a reflexão sobre a experiência adquirida fez, nestes últimos tempos, deslocar da pesquisa para o aprofundamento os esforços dos que, um pouco isoladamente, continuam a trabalhar por uma face actual e digna da igreja-templo. Tendo em conta que as obras que se estão criando não podem ser avaliadas com a conveniente isenção devido à falta de recuo histórico, as considerações que faço não passam de uma posição pessoal perante o assunto que aqui abordamos e, como tal, sujeitas a eventual revisão.

— Em primeiro lugar considero que há vantagem em dar uma certa liberdade de ajustamento aos elementos que directamente se relacionam com a celebração litúrgica primordial que é a missa, considerando que certas peças, como o altar por exemplo, possam ser deslocadas eventualmente para corresponderem a situações especiais de serviço.

— Penso que os artistas que trabalham para a Igreja devem ser capazes de dominar diversas linguagens plásticas que lhes permitam dar a resposta adequada a cada caso que se lhes depare, o que inclui tanto a obra radicalmente inovadora como a de tranquilo acompanhamento da tradição.

No caso da construção de novos templos, deve ser tida em conta a imagem exterior destes edifícios, de tal modo que possa ser lida por todos, crentes ou não, e assumir o seu lugar de elemento base tradicional da morfologia urbana.

— Tendo em consideração que nem todas as pessoas possuem capacidades naturais ou cultivadas para entenderem e apreciarem as composições plásticas de raiz abstracta, há que recorrer na grande maioria dos casos a relações de espaços e de volumes estruturadas segundo os princípios tradicionais — simetrias, eixos, etc. — para assegurar uma maior comunicabilidade entre os fiéis e as obras.

— Simultaneamente há que revalorizar a linguagem simbólica, hoje tão esquecida ou ignorada, de modo a que a fruição de uma obra não se esgote exclusivamente nos seus aspectos funcionais ou estéticos, admitindo mesmo que se possa tentar uma nova «linguagem» figurativa, eventualmente ligada a uma re-utilização do ornato como expressão da gratuidade na atitude orante e de louvor ao homem perante Deus.

SONDAGEM SOBRE O USO DO LATIM E DA MISSA "TRIDENTINA"

Por decisão do Santo Padre, a Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino, em Junho de 1980, fez uma sondagem junto dos 2 317 Ordinários do rito romano sobre o uso do latim na liturgia e sobre a Missa chamada «Tridentina». O número elevado das respostas (1971) e a documentação fornecida pelos Ordinários deram uma visão panorâmica, cheia de interesse, da situação concreta no que se refere a estes dois pontos.

O resultado da sondagem e o conjunto da documentação recolhida formam os oito volumes entregues ao Santo Padre, que julgou oportuna a publicação de um resumo, para dar a conhecer a situação concreta dos problemas em questão.

Este resumo, publicado em «Notitiae», n.º 185, abrange os seguintes documentos:

1. Texto da carta dirigida aos Ordinários do lugar, em 19 de Junho de 1980.
2. Mapas, por continentes e nações, com os números que qualificam as respostas a cada uma das perguntas da sondagem.
3. Relação a explicar o sentido destes números e a dar as percentagens. Além disso, esta relação comenta, a partir das respostas recebidas antes de 30 de Novembro de 1980, os resultados da sondagem sobre o uso do latim e da Missa chamada «Tridentina»:

— No que se refere ao latim, conclui-se claramente que o seu uso tende a desaparecer, dando cada vez mais lugar às línguas vivas. O latim continua em uso somente em certos grupos de alto nível cultural e entre os especialistas do canto gregoriano.

— Quanto à Missa chamada «Tridentina», a quase totalidade dos Bispos considera-a como um problema por assim dizer inexistente;

e opõe-se à concessão do antigo rito como opção paralela aos livros litúrgicos restaurados segundo o Vaticano II.

— Em apêndice, vem um mapa com as respostas chegadas à Congregação depois de 30 de Novembro de 1980.

A título de exemplo e por motivos óbvios, citamos a seguinte nota: de 20 Bispos portugueses consultados, foram recebidas 13 respostas das quais 12 informam que são inexistentes as Missas em latim, e 1 que são apenas ocasionais; 13 informam que não há pedidos para o uso do latim na liturgia e que ninguém pede a Missa «Tridentina».

O CONGRESSO

DA SOCIETAS LITÚRGICA

De dois em dois anos realiza-se um Congresso Internacional de liturgistas provenientes de vários países do mundo, sob a iniciativa da Societas Litúrgica Internacional, que reúne responsáveis pelo ensino (muitos professores universitários) e pela liturgia e pastoral sacramental de diversas Igrejas e nações. A Societas é uma associação interconfessional de especialistas cristãos em liturgia. Como outras associações de ciências religiosas, ela não compromete a hierarquia das Igrejas e foi por essa razão que, alguns anos atrás, recusou o convite para se tornar um Departamento litúrgico do Conselho Ecu-ménico das Igrejas, mas é também, em sentido próprio, uma associação de especialistas cristãos e não uma associação de especialistas que estudam a realidade cristã sem nela estarem comprometidos.

Metade dos membros da Societas são católicos; os outros pertencem a diferentes Igrejas, saídas em geral da Reforma, e vários deles desempenharam um papel importante, após o Concílio e em parte sob a sua influência, na renovação litúrgica das suas respectivas Igrejas. Esta, sobretudo no que se refere à Eucaristia, marcou profundamente a situação ecuménica e contribui mais que todos os debates doutrinários ao longo de quatro séculos para preencher o fosso cavado por ocasião da Reforma e restabelecer os laços com a antiga Tradição da Igreja.

O Congresso da Societas Litúrgica em Paris (200 participantes de 25 países) sucedeu a três outros que trataram respectivamente da oração eucarística (Trêves, 1975); da iniciativa cristã (Cantuária, 1977); das ordenações (Washington, 1979). Desta vez, o assunto tratado foi: «o tempo na liturgia» (o que é mais extenso que «o Ano Litúrgico»). Para se tratar um tema destes exigia-se que a reflexão abrangesse ao mesmo tempo a Tradição e as necessidades actuais. O subtítulo «anamnese e escatologia» indicava claramente as grandes riquezas fornecidas pela teologia bíblica recente à compreensão do tempo litúrgico, o que é muito importante para a catequese e a oração dos cristãos: o tempo dos cristãos e da liturgia é como que o nó da anamnese, isto

é, do memorial dos acontecimentos da salvação e, particularmente, da Páscoa de Cristo Salvador, com o Reino futuro que nós esperamos e cujo penhor nos é dado já nos sacramentos. Este tema essencial, introduzido na exposição sobre o Antigo Testamento pelo P. Henri Cazelles, professor do Instituto Católico de Paris, viria a adquirir toda a sua amplitude na notável conferência de Th. Talley (New York) sobre o ano litúrgico na Igreja primitiva, a qual se tornará, por certo, artigo de consulta obrigatória neste assunto.

No que concerne aos problemas actuais que o Ano Litúrgico põe hoje em dia a todas as Igrejas cristãs, a conferência inaugural do jesuíta H. B. Meyer, sucessor de Jungmann em Innsbruck, analisou em profundidade o problema, simultaneamente pastoral e antropológico, que o tempo, tal qual é vivido hoje na civilização ocidental, coloca à vida litúrgica e, antes disso, à vida do homem. Mais inesperado para os europeus foi o enorme interesse suscitado nos Estados Unidos pelo leccionário da Missa do Vaticano II. Esta adopção do novo leccionário romano por muitos outros cristãos, embora não seja uma exigência da unidade cristã, constitui um acontecimento litúrgico e ecuménico de grande importância.

Um congresso de liturgistas de diferentes Igrejas cristãs, sobretudo se eles não podem comungar na mesma Eucaristia, impõe que rezem em conjunto. Esta oração — a colectânea «Cantate Dómino» em várias línguas prestou bons serviços — organizada rotativamente pelas várias Igrejas, fazia-se com beleza e fervor na igreja do Instituto Católico, expoente espiritual e de história religiosa, em que os congressistas quiseram recolher-se junto do túmulo dos bem-aventurados mártires de 1792. No domingo participaram na Missa de Notre-Dame. A visita à catedral de Chartres, que foi feita no fim do Congresso, representou também um tempo importante.

A arte não esteve ausente deste Congresso. Organizou-se uma exposição de livros antigos, com base na biblioteca do C. N. P. L. e em algumas cedências de qualidade pela biblioteca de Saulchoir, do cabido de Notre-Dame e do Protestantismo. Esta exposição proporcionou o conhecimento de livros litúrgicos romano-franceses, denominados correntemente neo-galicanos. Tão extenso panorama permitiu compreender a maneira como a liturgia se desenrolou em França, do século XV ao século XIX. Um catálogo acompanhava a exposição.

De «Informations» — Boletim mensal

do C. N. P. L. de Paris, n.º 116

BIBLIOGRAFIA

ROMANO ROCHA, P., *L'Office Divin au Moyen Age dans l'Eglise de Braga. Originalité et Dépendences d'une Liturgie Particulière au Moyen Age*, Col. Cultura Medieval e Moderna XV, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português (Paris 1980), 250X185; X + 624 págs.

Esta obra, genuinamente portuguesa, mas escrita em francês, é a tese de doutoramento em Liturgia do Padre Pedro Romano Rocha, S. J., apresentada no Instituto Superior de Liturgia em Paris, no ano de 1976. Foi elaborada sob a orientação do Padre Pierre-Marie Gy, O. P., Director do dito Instituto, que faz a apresentação do livro com um interessante Prefácio. Fruto de vários anos de investigação e paciente estudo, o Autor atribui a ideia deste trabalho ao Padre Pierre Jounel, que sugeriu o estudo do Breviário de Braga, como continuação dos estudos já realizados sobre o Missal de Braga pelo Padre Joaquim O. Bragança (*Missal de Mateus*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1975). Conhecido o Missal de Braga do séc. XII, o nosso Autor apresenta-nos o estudo do Ofício Divino da Igreja de Braga da Idade Média, baseado num breviário copiado por volta do ano 1400, segundo um modelo dos inícios do séc. XIV.

Na *Introdução* o Autor situa a Igreja de Braga do séc. V ao séc. XII na perspectiva geográfica, política e religiosa (pp 33-38), na vida e costumes litúrgicos (pp 39-47). Na *primeira parte* (pp 51-378) é descrito o mais antigo testemunho do breviário bracarense, o manuscrito 657 da Biblioteca Pública de Braga, conhecido pelo Breviário de Soeiro. Estuda o texto em relação a outros breviários da época para concluir as origens e as afinidades. A *segunda parte* (pp 379-471) apresenta o Responsorial e o Leccionário bíblico: duas sec-

ções características e fundamentais na estruturação do breviário, e que levaram o Autor a conclusões interessantes para a história da liturgia bracarense. A *terceira parte* (pp 475-490) explica o significado eclesial da liturgia particular da Igreja de Braga. A liturgia bracarense, nascida após a supressão da liturgia hispânica, deriva da liturgia romana que chega a Braga através da França. O Breviário estudado pertence à família dos usados nas Igrejas de Aquitânia, com numerosas coincidências com os livros litúrgicos de Cluny.

Esta obra, que fez um Doutor, é uma obra douta, e o que de Braga é dito em francês por um português bem merece ser lido, conservado e estimado pelos portugueses. O livro é da melhor apresentação gráfica e honra as oficinas gráficas portuguesas que o executaram para as edições do Centro Cultural Português de Paris, graças à Fundação Calouste Gulbenkian.

AO RITMO DA LITURGIA

Reflexões litúrgico-pastorais

para Domingos e Festas. Ano A, B e C

O Boletim de Pastoral Litúrgica sente-se honrado por poder apresentar aos seus leitores uma obra de grande utilidade para a compreensão da liturgia eucarística dominical e festiva.

A Editorial do Apostolado da Oração de Braga iniciou a sua colecção «Ano Litúrgico» com a publicação de três volumes da autoria do Padre Pedro Romano Rocha, S. J., *Ao Ritmo da Liturgia. Reflexões litúrgico-pastorais para Domingos e Festas*. O Autor é membro do Secretariado Nacional de Liturgia, Doutorado em Liturgia pelo Instituto Católico de Paris, Professor de Liturgia na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma e escritor assíduo do «L'Osservatore Romano», edição portuguesa, na rubrica «Reflexões litúrgico-pastorais».

A competência litúrgica do Autor é bem manifesta nestas notas e reflexões litúrgico-pastorais, agora reunidas em três volumes (o Ano A corresponde ao texto publicado no «L'Osservatore Romano» durante o ano litúrgico de 1977/78, o Ano B em 1978/79 e o Ano C em 1979/80). O título da obra é já uma primeira definição dum trabalho que pretende colocar-nos ao ritmo e em sintonia com a Igreja na celebração dominical e festiva da Eucaristia. A julgar pelas muitas obras que vão surgindo por toda a parte, acerca deste assunto, a questão do tema ou do mistério celebrado pela Igreja em cada Missa não é de fácil percepção. A reforma litúrgica numa Igreja com quase dois mil anos de história e oração, e que já nasceu com a longa tra-

dição dum povo que sabia rezar, nem foi fácil de realizar, nem é de fácil compreensão por não apresentar um esquema uniforme e evidente.

Cada celebração eucarística é um acontecimento salvífico. A Liturgia da Palavra e da Eucaristia, precedidas e seguidas de ritos próprios, evocam e tornam presente o mistério celebrado. A «*Instrução Geral do Missal Romano*» recorda que a «homilia é parte integrante da liturgia e muito recomendada; ela é mesmo necessária para alimentar a vida cristã. Deve ser uma explanação de algum aspecto das leituras da Sagrada Escritura ou dalgum texto do Ordinário ou do Próprio da Missa do dia, tendo sempre em conta as peculiares necessidades dos ouvintes» (n. 41). Ora, conseguir todos estes objectivos numa breve e normal homilia dominical não é tarefa fácil, daí que estejamos a assistir a uma invasão de literatura homilética pouco cuidada que cria e satisfaz a necessidade das homilias de consumo, prontas a serem apresentadas aos fiéis. Esta última situação é indigna das nossas celebrações.

As reflexões do Padre Pedro Romano Rocha não são homilias nem comentários desenvolvidos da liturgia de cada Domingo, nem oferecem esquemas acabados para as homilias, mas, partindo dos textos da liturgia, fornecem sugestões muito úteis, colocam o leitor ao ritmo da liturgia e abrem as portas a uma frutuosa, consciente e activa participação na celebração litúrgica. Esta obra é necessária a todos os sacerdotes e fiéis que, por falta de tempo e de formação litúrgica, desejam preparar as celebrações para uma maior fidelidade e sintonia com a Igreja, ao ritmo da liturgia dominical e festiva.

PSAUTIER LITURGIQUE OECUMENIQUE

Depois de 10 anos de trabalho saiu a lume o «Psautier liturgique œcuménique». Corresponde ao pedido expresso pelos episcopados de língua francesa em 1966.

Juntamente com o grupo de exegetas encarregados dos salmos no conjunto da tradução ecuménica da bíblia (TOB), foi constituída uma equipa, igualmente ecuménica, com o objectivo de preparar um texto que correspondesse às exigências próprias dum saltério litúrgico. Esta equipa agrupava exegetas, liturgistas, pastoralistas, escritores e músicos. Três dos seus membros participaram simultaneamente, durante sete anos, no trabalho da bíblia ecuménica e do Saltério litúrgico.

Em 1968 foram publicadas, como primeiro ensaio, as versões paralelas da TOB e do Saltério para os salmos 1-a 25. Em 1973 apareceram os 150 salmos sob o título de «Psautier français. Une proposition œcuménique». Este livro era o resultado provisório deste trabalho.

O Saltério francês de 1973 foi proposto para uso de grupos e de pessoas. Durante um ano foi submetido dum modo especial à experiência de uma trintena de comunidades que usam os salmos diariamente. Para examinar as centenas de observações que foram emitidas pelos utentes do saltério após a experiência, as instâncias católicas constituíram uma comissão de revisão. Depois de um ano de trabalho, esta comissão transmitiu as suas observações e conclusões à equipa dos tradutores. Estes refizeram de novo a tradução na íntegra. Finalmente o texto foi objecto das últimas confrontações entre tradutores e revisores.

A tradução dos Cânticos bíblicos, com base dos textos anteriores publicados sucessivamente para uso litúrgico no «Psautier de la bible de Jérusalem», «Prière dum Temps Présent», le «Livre des jours» assim como nos diversos leccionários, foi inteiramente revista segundo os critérios da tradução dos Salmos — tendo em conta as diferenças do género literário — por uma equipa restrita a partir das duas comissões de tradução e revisão dos Salmos.

Este texto, aprovado pelas Conferências episcopais francófonas, foi confirmado pela Congregação do Culto Divino a fim de ser progressivamente inserido nos livros litúrgicos elaborados depois da reforma conciliar do Vaticano II.

A QUI IRIONS-NOUS, SEIGNEUR ?

Orações evangélicas para o ano B

de A. HAQUIN e R. LEJEUNE

É uma obra para rezar com ou sem padre e em diversos momentos da celebração.

Contém uma recolha de «orações evangélicas» sobre os evangelhos dos domingos e festas do ano B (seguir-se-ão os anos C e A).

Pretendem estas orações criar um clima que permita reencontrar o gosto do evangelho e suscitar uma oração de crente.

São seus autores André Haquin e René Lejeune.

André Haquin nasceu em 1938. Ensina Liturgia no Seminário Maior de Namur, Bélgica, e é responsável da Pastoral Litúrgica no seu país e nos encontros europeus dos secretários nacionais de Liturgia, de cujo bureau é presidente neste actual triénio. A sua tese de doutoramento em Teologia (Lovaina) foi publicada em 1969, sob o título: *Dom Lambert Beauduin et le renouveau liturgique* (Duculot).

René Jejeune nasceu em 1946. Licenciado em filosofia românica (Lovaina), ensina literatura num colégio belga.

Em 1975, publicou um livro de poemas: *Neige, été* (Chambelland, Paris).

André Haquin e René Lejeune publicaram conjuntamente uma primeira recolha de textos, intitulada «*Prier la joie, prier la peine*» (Centurion, 1974).

J'ESPÈRE EN TA PAROLE

Prières Évangéliques Année C

de ANDRÉ HAQUIN e RENÉ LEJEUNE

O Evangelho é a memória colectiva dos cristãos.

A cada geração ele leva novos frutos e suscita novas orações de crentes.

Depois de «A qui irions-nous, Seigneur?» (Desclée, 1978), André Haquin e René Lejeune apresentam um novo livro de orações para o ano C (1979-1980), *J'espère en ta Parole*.

Que dizem estas orações?

São um eco do Evangelho do domingo do qual um versículo é posto em relevo em cada uma das orações. Assim tanto a palavra evangélica penetra nas estrofes da oração como um refrão, como ela se incorpora na oração dirigida a Deus.

As personagens do Evangelho dialogam com Jesus, animam-se e interpelam-se; os cristãos do hoje podem entrar na dinâmica da oração e redescobrir a frescura do próprio evangelho.

O livro compreende cinco secções: Attente et manifestation du Seigneur (Avent — Noel — Epiphanie); Mystère de la Rédemption (Carême — Pâques — Temps pascal); Croissance du Royaume (Temps ordinaire); Fêtes du Christ (Trinité, S. Sacrement, Sacré-Coeur, Transfiguration); Fêtes des Saints (17 textes).

Certas orações podem sustentar um momento de recolhimento depois da homilia, outras poderão ser lidas como eco ao evangelho, à maneira de acção de graças depois da comunhão. Os grupos de oração, de estudos bíblicos e de partilha evangélica encontrarão aí com que prolongar a admiração suscitada pela descoberta da Palavra. A oração e a reflexão pessoal poderão tirar daí muito proveito.

A cabeça de cada oração encontra-se o versículo evangélico que a inspirou e ao fundo da página o título da oração e a data litúrgica do respectivo domingo.

Diferentes índices completam o volume e permitem um uso mais cómodo das orações.

VIII ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

Para informação dos nossos leitores e porque a cada passo nos pedem notícias sobre a data e o programa do próximo Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica — sinal de interesse que muito nos apraz registar — tornamos público que o VII Encontro Nacional será realizado em Fátima, de 14 a 18 de Setembro.

Será dedicado, na sua temática, ao MISTÉRIO PASCAL E À SUA CELEBRAÇÃO tratando dos seguintes temas: *O Mistério da Páscoa* (Perspectiva bíblico-teológica), *A Celebração do Mistério* (Perspectiva histórica), *A Vigília Pascal*, *Os Outros Dias Santos*, *A Liturgia das Horas no Tríduo Pascal*, *A Música nas Celebrações do Tríduo Pascal*, *O Órgão nas Celebrações Litúrgicas*.

Como nos anos anteriores, as celebrações litúrgicas do Encontro serão devidamente preparadas quer com a publicação de um guião próprio quer com os ensaios e o tempo considerados necessários.